ACAPM

Associação Cultural do Arquivo Público Mineira
Av. João Pinheiro, 372 - Lourdes - CEP: 30130-180-Belo Horizonte -MG

RELATÓRIO

ÍNDICE DE LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES PARA O BRASIL

MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, PARÁ

Belo Horizonte, Agosto de 2001

Índice

Introdução

1. Fontes para a demografia histórica no Brasil

1.1. Demografia histórica no Brasil

1.2. Listas Nominativas de Habitantes

1.3. Mapas de População

1.4. Documentação Fiscal

2. Minas Gerais

2.1. Histórico

2.2. Casa dos Contos

2.3. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana

2.4. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

3. Espírito Santo

3.1. Histórico

3.2. Listas Nominativas de Habitantes

4. Goiás

4.1. Histórico

4.2. Listas Nominativas de Habitantes

5. Pará

5.1. Histórico

5.2. Listas Nominativas de Habitantes

Bibliografia

Introdução

O objetivo do presente relatório é apresentar o trabalho de localização e descrição dos documentos de caráter censitário disponíveis nos arquivos públicos de **Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Pará** e na documentação chamada de Casa dos Contos, sob guarda do **Arquivo Público Mineiro.** Trata-se de conjunto significativo deste tipo de fonte de dados demográficos e econômicos no Brasil, importante sobretudo por abarcar regiões pouco trabalhadas pela demografia histórica (caso de Espírito Santo, Goiás e Pará) ou períodos ainda pouco explorados (caso do século XVIII para Minas Gerais). O mapeamento que ora se apresenta viabilizará a posterior elaboração de projetos específicos para a codificação e digitação dos dados contidos em tais documentos, ampliando sobremaneira o conhecimento da realidade das populações do passado destes estados brasileiros.

A documentação censitária objeto deste relatório compõem-se de:

a) Listas Nominativas de Habitantes para Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Pará. São, sobretudo, documentos do século XIX, mas também trazem alguns do século XVIII. Incluíram-se ainda os Róis de Confessados da Arquidiocese de Mariana – MG.

b) Listas de Escravos para Pagamento dos Quintos Reais, para Minas Gerais. Embora sejam documentos com objetivos fiscais, trazem importantes informações de caráter demográfico para um período com escassez de dados como é a primeira metade do século XVIII.

c) Mapas de Habitantes para Minas Gerais, em fins do século XVIII e princípios do século XIX.

O esforço de localização, identificação e descrição de conjuntos documentais sobre a população brasileira é de fundamental importância, pois trata-se de um tipo de fonte uniforme, constituindo um acervo de dados incomparável. É um conjunto documental importante, pois amplia o conhecimento acerca destas fontes seriais existentes em diversos estados brasileiros, o que permitirá o seu largo uso em estudos comparativos.

Na elaboração deste índice, optou-se por iniciar expondo o lugar que estes documentos ocupam na demografia histórica brasileira e descrevendo cada um dos conjuntos documentais encontrados para as regiões pesquisadas (listas nominativas de habitantes, mapas de população e documentação fiscal). Nas partes seguintes, apresenta-se as regiões pesquisadas, descrevendo o lugar dos documentos localizados em cada trajetória histórica específica. Para cada região, são relacionados os documentos encontrados nos diversos arquivos estaduais.

1. Fontes para a demografia histórica no Brasil

1.1. Demografia histórica no Brasil

Os estudos de demografia histórica no Brasil se desenvolveram principalmente a partir de 1970. Para tanto, foi de fundamental importância a difusão das técnicas francesas de trabalho com a demografia da Europa Moderna, em especial as técnicas de reconstituição de família.[1] A partir da segunda metade da década de 1970, surgem os primeiros trabalhos inspirados na metodologia desenvolvida pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, na Inglaterra.[2]

Costuma-se dividir a história demográfica em períodos distintos, conforme o tipo de documentação disponível. Para o Brasil, Marcílio (1986, p. 14) apresenta três períodos sucessivos. Um primeiro, chamado de pré-estatístico, inicia-se com a colonização e se estende até meados do século XVIII. Caracteriza-se pela existência de poucas fontes propriamente demográficas, com algumas estimativas globais da população brasileira, em bases frágeis. O chamado período proto-estatístico iria de meados do século XVIII até a realização do Recenseamento Geral do Império do Brasil, em 1872. Neste momento, os dados de base se tornam mais abundantes e permitem estudos isolados. A fase estatística, por sua vez, inaugurada com o Recenseamento de 1872, é aquela em que se pode contar com estatísticas globais confiáveis, frutos dos recenseamentos decenais.

Paiva et alii (1990, p. 22-24), por outro lado, dividem a demografia histórica brasileira em apenas duas fases: a pré-censitária e a censitária. A primeira vai do início da colonização até o Recenseamento de 1872. Nela, os dados são esparsos e os totais de população para o Brasil são predominantemente estimativas. A fase seguinte é aquela em que se passa a contar com os censos nacionais (1872 em diante).

Seguindo estas classificações, o levantamento proposto pretende identificar e descrever fontes de dados para o período proto-estatístico ou pré-censitário. Como fontes principais de dados estatísticos, teremos: listas nominativas de habitantes, mapas de população, estimativas de população local e documentação fiscal. Estas fontes serão discutidas a seguir.

---

[1] Para uma exposição destas técnicas, adaptadas à documentação brasileira, ver Henry, 1988.

1.2. Listas Nominativas de Habitantes

As listas nominativas de habitantes são uma das principais fontes de dados demográficos para o chamado período proto-estatístico ou pré-censitário. Nelas são arrolados nominalmente todos os habitantes de uma dada circunscrição administrativa (distrito, paróquia etc.). As informações contidas nestes documentos são variáveis, mas em geral eles permitem levantar, dentre outros, dados quanto ao sexo, idade, profissão e distribuição por domicílio da população em foco. A riqueza e a quantidade deste material produzido para alguns países permitiu o desenvolvimento de técnicas especiais de análise demográfica. A mais difundida é aquela criada na Inglaterra pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, baseada na análise da composição dos domicílios.[3]

No caso do Brasil, muitos trabalhos em demografia histórica tomam estas fontes como pedra fundamental, seja utilizando as técnicas de análise de domicílio, seja fazendo reconstituições de famílias. A precariedade dos registros paroquiais e a relativa abundância de listas nominativas levaram inclusive a uma adaptação da análise francesa de reconstituição de família (Henry, 1988).

As listas são organizadas segundo os domicílios, com a relação nominal de todos os seus componentes. Para cada indivíduo, há informações quanto à cor, condição social (se livre, escravo ou liberto), idade e estado civil, podendo-se identificar o sexo pelo nome das pessoas. Além disso, traz a nacionalidade, para os não brasileiros, e as ocupações, principalmente para os chefes de domicílio. As listas podem ainda informar-nos sobre a alfabetização dos indivíduos (se sabem ou não ler ou escrever).

1.3. Mapas de População

As listas nominativas serviram, muitas vezes, para elaborar um conjunto importante de documentos censitários para o Brasil: os chamados mapas de população. Neles, os habitantes de cada circunscrição administrativa são divididos segundo o sexo, a condição social (livre ou escrava), a cor (branca, parda ou preta), o estado conjugal e eventualmente

---

[2] A descrição destas técnicas encontra-se em Laslett, 1974, p. 28-34. Para uma adaptação ao caso brasileiro, ver Costa, 1981, e Samara, 1989, p. 22-45.

[3] As bases desta técnica estão descritas em Laslett, 1974, p. 23-51.

as faixas etárias (em geral, até 15 anos, de 15 a 30 anos, de 30 a 60 anos e de 60 anos em diante). Para muitos momentos, existem apenas mapas de população, seja porque as listas originais se perderam, seja porque foram deliberadamente descartadas após a compilação em mapas de população. Eventualmente, estes mapas não foram elaborados a partir de listas nominativas, sendo apenas estimativas da população.

Tanto para o caso de perda das listas nominativas quanto para aqueles momentos em que elas não chegaram a ser confeccionadas, os mapas transformaram-se em documentos fundamentais sobre as populações brasileiras do passado. Assim, localizá-las é sempre interessante para aqueles que se empenham no esforço de compreender o passado brasileiro.

1.4. Documentação Fiscal

Para o estudo das populações do passado, dada a precariedade das fontes propriamente demográficas, torna-se necessário, muitas vezes, agregar novas fontes, originalmente produzidas para fins diversos. Embora não sejam elaboradas com o intuito de fornecer estatísticas populacionais, o uso de dados coletados a partir de fontes fiscais permite suprir deficiências. Isto é especialmente importante no Brasil para períodos anteriores à difusão dos primeiros levantamentos populacionais, que só começam a ocorrer no último quartel do século XVIII.

2. Minas Gerais

2.1. Histórico

O surgimento da atividade mineradora em sua colônia americana colocou para a Coroa portuguesa um conjunto de problemas que ela ainda não conhecia. O principal deles era estabelecer um método eficaz para a cobrança dos tributos devidos pelos súditos ao soberano. A experiência com a *plantation* açucareira era pouco útil porque o ouro tinha uma característica bastante peculiar. Tratava-se de uma "mercadoria" que prescindia dos mecanismos tradicionais do mercado colonial para se transformar em moeda, já que o ouro é, ele próprio, um meio de troca universal. Desta forma, as facilidades de evasão fiscal eram enormes, e a cobrança dos tributos reais requereria uma nova abordagem.

A tributação básica sobre a atividade mineradora foi o quinto real. Segundo Bessa (1981, p. 280), o quinto consistia em pagamento a ser feito pelo povo da Capitania para remissão da capitação, sofrendo inúmeras alterações ao longo dos anos. As câmaras das vilas, instaladas na região das minas a partir de 1711, foram as responsáveis pela negociação do volume de ouro a ser pago à Coroa pelos povos que nelas viviam. O total de arrobas a ser apurado e o valor a ser pago por cada vila eram definidos pelas reuniões das Juntas feitas pelas vilas, e suas decisões eram fixadas pelos Termos das Juntas. A cobrança era realizada diretamente pelas Câmaras ou através de procuradores nomeados por ela. Tinha como base a quantidade de escravos de cada minerador, devendo ser fixado a cada ano o valor a ser pago sobre cada cativo. Em função disto, ao longo das décadas de 1710 e 1720, a organização da cobrança deste tributo deu origem a uma série de listas de proprietários de escravos.[4] A partir destas fontes, é possível estimar a população para as áreas mineradoras nas décadas iniciais do século XVIII.[5]

Por ser uma fonte produzida com finalidades fiscais, apresenta problemas comuns a todas deste tipo. A principal delas é a sonegação de informações, com a finalidade de fugir da tributação, o que geraria um subregistro da população escrava que se pretende estudar.

---

[4] A regulamentação sobre a confecção destas listas para o ano de 1718 pode ser vista em: Arquivo Público Mineiro (doravante APM), CC, Códice 1026.

[5] Diversos autores já utilizaram estas fontes, como: Costa, 1982; Luna & Costa, 1982; Bergard, 1999; Higgins, 1999. Para o uso destas fontes na produção de estimativas sobre a população mineira nas primeiras décadas do século XVIII, ver Botelho, 2000.

Este é um problema comum não apenas a este tipo de fonte mas, creio, a todos os levantamentos de habitantes produzidos no período pré-censitário. O temor de que os levantamentos populacionais fossem utilizados para fins como a coleta de impostos ou a convocação para o serviço militar era generalizado e certamente influenciou todas as tentativas de se contar a população.[6] No caso das listas dos quintos reais, embora possa se dizer que certamente a sonegação esteve presente, creio que ela pode ter sido minimizada pela proximidade do coletor das informações. Afinal, eram indivíduos escolhidos pelas próprias câmaras, morando na vila e conhecendo a sua população, que seriam os encarregados de fazer as listas. Além disso, este tipo de tributo gerava uma "solidariedade" entre a população tributada, pois era necessário completar uma certa quantidade de arrobas de ouro, pactuada entre as câmaras da região mineradora. O imposto sonegado por um minerador teria de ser pago por outro, até que se completasse o total de arrobas designado. Deste modo, creio que se pode considerá-la uma fonte nem melhor nem pior que as outras nas quais têm se baseado os estudos demográficos do período pré-censitário brasileiro.

Nas décadas seguintes, a metrópole portuguesa adaptou o sistema tributário, tentando por diferentes formas diminuir a fuga de impostos sobre a produção aurífera. Entre 1735 e 1750, a capitação foi o sistema prevalente. Dado o fato de se basear no total de escravos empregados na mineração, esta também se tornou uma fonte importante de dados sobre a parcela cativa da população das minas.[7]

O compromisso estabelecido entre colonos e metrópole de que seriam fornecidas anualmente 100 arrobas de ouro como pagamento aos impostos devidos pela atividade mineradora fizeram com que se interrompesse esta produção de informações passíveis de fornecer dados demográficos. Entretanto, estabeleceu um novo procedimento que permite extrair dados sobre população. Trata-se da derrama, processo de cobrança compulsória da diferença entre o total de arrobas pactuado (100) e o total efetivamente arrecadado. Novamente, a necessidade de distribuir o peso do tributo entre todos os colonos tornou necessária a realização de levantamentos que podemos lançar mão na tentativa de estimar a população mineira de então. Este procedimento mostrou-se importante até o final da década

[6] Para uma discussão mais aprofundada sobre os problemas com a realização de levantamentos populacionais pré-censitários no Brasil, ver Botelho, 1998.
[7] Sobre estes dados, ver o Códice Costa Matoso FJP e Vária História.

de 1780, quando se interrompeu em função da revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

A Capitania e depois Província de Minas Gerais conheceu seu primeiro levantamento populacional em 1776. Na América portuguesa, os esforços censitários tiveram que esperar o século XVIII, pois até então apenas contamos com estimativas grosseiras feitas por funcionários da Coroa (especialmente com finalidades militares) ou cronistas contemporâneos.[8] Foi a partir da segunda metade do século XVIII que cresceu o interesse na contagem mais sistemática da população da América portuguesa. Neste momento, segundo Auden (1963, p. 176), o engajamento dos impérios coloniais em lutas pela hegemonia na região justifica em parte o crescente interesse em informações seguras sobre o número de colonos, visando a coleta de impostos e o recrutamento militar. Mas também as preocupações típicas dos governantes ilustrados setecentistas ajudam a compreender tais empreendimentos, geralmente associados ao fornecimento de informações sobre temperaturas, localização das cidades, montanhas e outros.

O esforço de parte da elite portuguesa em colocar-se a par das transformações em curso no restante da Europa fez crescer, a partir da ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a preocupação com o conhecimento do império português. Tornava-se importante uma compreensão melhor da realidade das colônias (e mesmo da metrópole) a fim de que pudessem ser implantadas as reformas necessárias ao engrandecimento do império. Estas reformas eram tanto administrativas quanto econômicas e sociais. Do ponto de vista que nos interessa aqui, este foi o momento em que as transformações do ensino português permitiram a disseminação dos trabalhos sobre as ciências naturais, a economia e outros. A reforma universitária, a criação de academias científicas, o estímulo à edição de obras tentaram responder aos anseios de mudança. Os trabalhos e estudos eram marcados pelo pragmatismo de quem pretendia recuperar o tempo perdido por Portugal; visavam responder a demandas de um Estado pressionado pela crise econômica crescente dada a escassez progressiva do ouro brasileiro. Neste contexto, proliferaram as tentativas de contar a população portuguesa, tanto metropolitana quanto

[8] É o que pode ser encontrado em Gandavo, 1980, datado do século XVI.

colonial. Conhecer o tamanho da população e compreender suas transformações tornava-se uma necessidade premente para os condutores dos negócios do Estado.[9]

Embora encontremos levantamentos censitários para todo o século XVIII (mas especialmente para a sua segunda metade), foi em 1776 que ocorreu a primeira tentativa de realizá-los simultaneamente em toda a colônia portuguesa. Em circular datada de maio daquele ano, Martinho de Melo e Castro solicitava a remessa anual da relação do número de habitantes das Capitanias, "ponto de tanta importância, como é o de saber sua Majestade o número de Vassalos que habitam o seu Domínio". Segundo Dauril Auden, estaríamos assistindo à extensão para todas as partes da América portuguesa dos procedimentos previamente tentados no Pará, Goiás e São Paulo em anos anteriores. Por outro lado, este "censo"[10] de 1776 se inspiraria nas técnicas adotadas pelo levantamento espanhol de 1768, dada a similaridade das faixas etárias solicitadas.[11] Minas Gerais inscreve-se neste novo momento da colonização portuguesa, produzindo sua primeira contagem da população.[12]

Seguiram-se nos anos finais do século XVIII e primeira década do século XIX inúmeras tentativas de recenseamentos, porém sem o mesmo esforço de sistematização. Assim, tem-se levantamentos em 1786, 1808[13], 1818,[14] 1831-1832[15] e outros menos completos. Para o século XIX, especialmente após a independência política do Brasil, Minas Gerais apresenta um número significativo de levantamentos demográficos, já

---

[9] Um exemplo desta preocupação é a obra de Soares de Barros, intitulada "Sobre a causa da diferente população em diferentes tempos da Monarquia", publicada nas *Memórias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, citada em Instituto Nacional de Estatística, 1972, p. 7. Sobre o período pombalino e suas reformas, uma excelente análise é encontrada em: Maxwell, 1996. Outras referências importantes, especialmente por tratarem do período pós-pombalino e pela articulações estabelecidas com o Brasil, são: Lyra, 1994, e Dias, 1968.

[10] Para ser rigoroso na terminologia, talvez não fosse conveniente usar a expressão *censo* para estes trabalhos sem as características já assinaladas dos censos modernos. Entretanto, optamos por fazer um uso mais flexível do termo, estendendo-o aos trabalhos que buscaram a simultaneidade, a universalidade (incluindo escravos e militares, por exemplo) e a uniformidade das informações requeridas.

[11] Cópia do ofício de Martinho de Melo e Castro ordenando o censo pode ser encontrada em: Arquivo Nacional, Ministério do Reino e do Império, Caixa 761. Alden, 1963, faz uma discussão em torno da organização deste levantamento censitário, sua articulação com o levantamento espanhol e o significado das faixas etárias adotadas, bem como as dificuldades encontradas e os resultados alcançados. Neste mesmo ano foram organizadas em Portugal pelo intendente Pina Manique as "listas dos povos do reino", contendo o número de "fogos" existentes nas diversas "terras" do reino de Portugal; conforme: Instituto Nacional de Estatística, 1972., p. 8.

[12] Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano II, Fascículo 3, Julho a Setembro de 1897. Reedição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1937. p. 511.

[13] Sobre estes dois levantamentos, ver os dados obtidos em: APM, Coleção Casa dos Contos, Planilha 30099/2 (microfilmada).

[14] Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-32,10,7.

metrópole. A Junta da Real Fazenda era responsável pelo controle do fisco das riquezas extraídas na Capitania, controle das finanças, rendimentos dos contratos, contabilidade, controle e administração dos negócios que corriam por conta da Real Fazenda. A lei imperial de 04 de abril de 1831 extinguiu a Junta da Real Fazenda, o Erário Régio e o Conselho da Fazenda. Durante o período provincial, as funções fazendárias de administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização das rendas públicas foram exercidas em diferentes momentos pelos seguintes órgãos: Tesourarias Provinciais, Mesa das Rendas e Diretoria da Fazenda Provincial.

Os documentos da chamada Coleção Casa dos Contos foram divididos em três conjuntos, sob guarda de três instituições distintas: o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (RJ); o Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte (MG); e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (RJ). Nestes três locais, são encontrados tanto códices quanto documentos não-encadernados. Parte da documentação foi microfilmada, mas no Arquivo Nacional existe ainda uma vasta quantidade de documentos indisponíveis à consulta por não terem seus microfilmes liberados ou simplesmente por ainda não terem sido microfilmados. Assim, o Arquivo Público Mineiro, embora guarde uma parcela menor de documentos, apresenta o maior conjunto disponível à consulta pública.

Para compor a presente seleção de documentos com informações demográficas, levantou-se os códices e o acervo disponível em microfilmes no Arquivo Público Mineiro. Conforme assinalado, o conjunto se divide em códices e documentos não-encadernados (chamados, no instrumento de pesquisa, de documentos avulsos). Os códices, por sua vez, são agrupados em duas coleções. Na seleção, buscou-se dois tipos de documentos: documentos propriamente demográficos (mapas de população e listas nominativas de habitantes) e documentação fiscal com informações sobre a população. Neste último caso, foram levantados apenas aqueles documentos que cobrem o período para os quais não existem fontes propriamente demográficas (basicamente, até a década de 1760). Além disso, foram identificados alguns documentos que ajudam compreender a cobrança dos tributos que deram origem à séries documentais e o montante arrecadado com eles.

Na apresentação dos documentos, colocou-se:

- *Número* de referência do documento nos instrumentos de pesquisa;

- *Descrição* do documento;
- *Microfilme*.

Na *descrição* do documento, privilegiou-se a referência ao conteúdo, o local do documento e a datação abrangida por ele.

1ª. Coleção

No.	*Descrição do Códice*	*Microfilme*
1001	RENDIMENTOS GERAIS (MG): Arrematações de ofícios e passagens; escravos vindos da Bahia; quintos e outros rendimentos. AE: omissos; FU: 48. 1700 a 1762	001 (1/7)
1004	RIO DAS MORTES: Quintos, arrecadação das pessoas que vão para São Paulo e Parati. AE: Fortaleza do Rio das Mortes; FU: 128. 1710 a 1717	
1005	SERRO FRIO: Quintos, rendimentos, datas minerais, arrematações, confiscos de escravos vindos da Bahia. AE: Serro Frio; FU: 8. 1711 a 1713	001 (4/7)
1006	SABARÁ: Confiscos de escravos vindos da Bahia, Arrematações de ofícios e passagens. AE: omissos; FU: 8. 1712 a 1713	001 (5/7)
1010	SABARÁ E VILA RICA: Quintos, capitação. AE: omissos; FU: 73. 1714 a 1715	002 (2/9)
1012	RIO DAS MORTES: Quintos, capitação. AE: omissos; FU: 149. 1716 a 1720	002 (4/9)

1013	SABARÁ: Datas minerais, registro. AE: Omissos; FU: 39. 1715 a 1721	002 (5/9)
1017	REGISTRO DO RIO GRANDE: Escravos e mercadorias introduzidos. AE: omissos; FU: 67. 1716 a 1717	003 (2/9)
1019	RIO DAS MORTES: Quintos: capitação e cobrança. AE: omissos; FU: 70. 1716 a 1721	003 (4/9)
1022	GUARAPIRANGA: Quintos: capitação. AE: Vila Rica; FU: 161. 1718	003 (7/9)
1023	RIO DAS MORTES: Quintos: capitação, a cargo do procurador Miguel Fernandes Serra. AE: São João Del Rei; FU: 79. 1718 a 1719	003 (8/9)
1024	SÃO SEBASTIÃO: Quintos, capitação. AE: Vila do Carmo; FU: 193. 1718	003 (9/9) 004 (1/5)
1025	SÃO BARTOLOMEU: Quintos, capitação. AE: Vila Rica; FU: 135. 1718	004 (2/5)
1026	ITAVERAVA: Quintos, capitação, a cargo do Procurador Manuel da Costa de Araújo. AE: São João Del Rei; FU: 128. 1718 a 1720	004 (3/5)
1027	SENHORA DOS REMÉDIOS: Quintos, capitação. AE: Vila do Carmo; FU: 140. 1718 a 1720	004 (4/5)

1028	VILA RICA: Quintos, capitação. AE: omissos; FU: 216. 1718 a 1723	004 (5/5) 005 (1/7)
1029	SUMIDOURO: Quintos, capitação. AE: Vila Rica; FU: 143. 1718 a 1720	005 (2/7)
1030	ITATIAIA: Quintos, capitação, a cargo do Coronel Pedro da Rocha Gândavo, procurador. AE: Itatiaia; FU: 65. 1718 a 1719	005 (3/7)
1031	RIO DAS MORTES: Quintos, capitação, a cargo do Sargento-Mor Tomé Rodrigues. AE: São João Del Rei; FU: 52. 1718 a 1720	005 (4/7)
1032	SABARÁ: Ofícios públicos, arrematações; Escravos vindos da Bahia (tributo de 4$500 por cabeça para a Real Fazenda). AE: Sabará; FU: 58. 1717 a 1720	005 (5/7)
1033	VILA DO CARMO: Quintos, capitação. AE: omissos; FU: 123. 1718 a 1721	005 (6/7)
1034	BRUMADO: Quintos, capitação. AE: Vila Rica; FU: 128. 1718 a 1720	005 (7/7) 006 (1/5)
1035	INFICIONADO: Quintos, capitação. AE: Vila Rica; FU: 190. 1718 a 1720	006 (2/5)
1036	VILA DO CARMO: Quintos, capitação. AE: Vila do Carmo; FU: 227. 1718 a 1721	006 (3/5)

1037	OURO BRANCO: Quintos, capitação. AE: Vila Rica; FU: 169. 1718 a 1723	006 (4/5)
1038	PITANGUI: Quintos, capitação, a cargo do cobrador João Henrique de Alvarenga. AE: omissos; FU: 76. 1718 a 1724	006 (5/5) 007 (1/10)
1039	ANTÔNIO DIAS: Quintos, capitação. AE: omissos; FU: 111. 1719 a 1723	007 (2/10)
1044	SABARÁ: Quintos, receita e despesa a cargo da Câmara de Sabará. AE: Sabará; FU: 28. 1721 a 1722	007 (7/10)
1046	RIO DAS MORTES: Quintos, capitação da Vila de São José. AE: São José Del Rei; FU: 114. 1720 a 1723	007 (9/10)
1054	SERRO FRIO: Quintos, capitação, inclusive sobre diamantes. AE: Lisboa; FU: 36. 1730 a 1732	AC 1/4
1055	SERRO FRIO: Quintos, capitação, inclusive sobre diamantes extraídos nos ribeiros de Caeté-Mirim, Morrinhos de Areias, São João e Rio Pardo, a cargo do respectivo provedor. AE: Lisboa; FU: 121. 1730 a 1732	AC 1/5
1056	SERRO FRIO: Quintos, capitação, inclusive sobre diamantes extraídos no Rio Jequitinhonha, a cargo do respectivo provedor. AE: Lisboa; FU: 66. 1730 a 1732	AC 1/6
1058	TEJUCO: Diamantes; Quintos, capitação; recebimentos a cargo do Tesoureiro da Real Fazenda. AE: Tejuco; FU; 108. 1733 a 1741	009 (2/5)

1060	TEJUCO: Diamantes; Quintos, capitação; recebimentos a cargo do Tesoureiro da Real Fazenda do Tejuco. AE: Lisboa; FU: 132. 1733 a 1741	009 (3/5) AC2 (1/4)
1062	TEJUCO: Intendência dos Diamantes, recebimentos da Capitação de 1734 (além da que já se cobrou no Livro de Matrícula dos Escravos) a a cargo do Tesoureiro Manuel de Afonseca e Silva. AE: Tejuco; FU: 98. 1734 a 1741	009 (5/5)
1068	SERRO FRIO: Escravos, Livro de matrícula. AE: omissos; FU: 229. 1738	010 (4/5)
1081	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO: Escravos, Livro de Matrícula. AE: Conceição; FU: 72. 1749	012 (6/6) 013 (1/6)
1142	QUINTOS (MG): Rendimento das 4 Comarcas da Capitania. AE: Vila Rica; FU: 27. 1764 a 1765	021 (8/14)
1147	DERRAMA (Vila Nova da Rainha): Listas dos moradores da Vila e seu termo dos lançamentos da derrama e cargas de dinheiro ao Procurador e Tesoureiro da Câmara, Teodósio Pereira da Silva. AE: Vila Nova da Rainha; FU: 64. 1764 a 1765	021 (13/14)
1263	INTENDÊNCIA DO SERRO FRIO (Vila do Príncipe): Remessas de ouro recebidas do Senado da Câmara de Vila do Príncipe, por força da derrama incidente sobre os anos de 1769 a 1771. AE: Vila do Príncipe; FU: 4. 1774	037 (6/13)
1273	INTENDÊNCIA DO SABARÁ: Receita e despesa da derrama incidente sobre os anos de 1769 a 1771. AE: Sabará; FU: 18. 1774 a 1776	038 (4/8)

1308	SABARÁ: Rendimento da derrama referente aos anos de 1769 a 1771. AE: Sabará; FU: 19. 1776 a 1777	044 (7/11)
1799	ESCRAVOS: Confrontações dos Escravos ladinos que entraram na Província. AE: Ouro Preto; FU: 40. 1823 a 1832	Não microfilmado

2ª. Coleção

No.	*Descrição do Códice*	*Microfilme*
2001	Extrato dos descobrimentos das Minas Gerais, origem dos contratos, criação das vilas, ofícios de Justiça. AE: omissos 1700 a 1764	Não microfilmado
2012	Índice de matrícula de escravos para pagamento de capitação – Livro 1º. AE: omissos S/d	136 (5/5) 137 (1/3)
2013	Livro da intendência e capitação das minas do Cuiabá – 2ª. via. AE: Cuiabá 1736 a 1737	Não microfilmado
2016	Registro de pagamento de capitação de negros forros. AE: s/l 1737	
2017	Registro de autos de posse de datas de terras minerais de Antônio Dias abaixo. AE: omissos 1737 a 1758	Não microfilmado

2019	Livro da Guarda-Moria de Itabira e Paraopeba. AE: Vila Rica 1737 a 1740	Não microfilmado
2026	Livro alfabeto de registro do censo de Minas Gerais. 1746	Não microfilmado
2027	Pagamento da capitação referente ao 1°. e ao 2°. semestre de 1746, com registro de multas. AE: Lisboa 1746	127 (6/7)
2029	Livro alfabeto de registro do censo de Minas Gerais. 1746	Não microfilmado
2037	Livro da Guarda-Moria de Pitangui. AE: Sabará 1750 a 1790	Não microfilmado
2038	Registro de pagamento de capitação referente à primeira matrícula de 1751. AE: Lisboa 1751	Não microfilmado
2048	Livro de matrícula de escravos no contrato de diamantes de João Fernandes de Oliveira. AE: Tijuco 1753 a 1754	130 (2/6)
2052	Registro dos foros da Passagem de Mariana. AE: Mariana 1754 a 1763	Não microfilmado
2084	Lei que institui o Erário Régio e relação dos livros auxiliares que irão regular sua administração, seguida de carta de lei em que se estabelece a jurisdição da Fazenda Real e seus contratos (impresso). AE: omissos 1761	Não microfilmado

2094	Contas-correntes dos rendimentos da capitania de Minas Gerais. AE: Lisboa 1762 a 1810	Não microfilmado
2105	Erário régio por Francisco A. Rebelo, contador da Junta da Real Fazenda. AE: omissos 1715 a 1767	Não microfilmado
2109	Termos das datas de terras e águas minerais da Guarda-Moria da Freguesia de Conceição do Mato Dentro. AE: Vila do Príncipe 1768 a 1790	Não microfilmado
2115	Registro de cobrança da derrama de Vila Rica – Suplemento. AE: omissos 1772	Não microfilmado
2140	Lançamento de cartas de datas de terras e águas minerais dos distritos do Ribeirão do Mombaça, termo de Mariana. AE: Vila Rica 1779-1817	Não microfilmado
2222	Recenseamento dos habitantes do distrito de Taquaral, com declaração dos nomes, sexo, idade, condições de vida e número de escravos. AE: Vila Rica 1811	144 (9/10)
2247	Receita e despesa: Ouro em pó, lançamento de derrama e quinto. 1746 a 1821	Não microfilmado
2248	Quinto: Lançamentos, receita e despesa. 1777-1786	Não microfilmado
2249	Quinto: Lançamentos, receita e despesa. 1793 a 1808	Não microfilmado

Avulsos do APM

No. Índice	*Descrição do Documento*	*Micro filme*
12672	Lista de foros de 1717 e 1718 da Vara de Alcaide de Vila Rica. 1718.	518
10867	Lista de pagamento de negros, s/l. 1719.	512
2152	Lista de negros e gente forra que se acham dos moradores de Ouro Bueno. 172?.	510
12401	Rol de escravos, Freguesia de Congonhas, Vila Rica. 1721.	517
14044	Rol dos escravos de Santo Antônio da Itatiaia para pagamento dos quintos reais. 1721.	522
14046	Lista dos negros e das vendas de Padre Faria, Córrego Seco, Taquaral e Bom Sucesso. 1721.	522
12422	Lista dos escravos dos sacerdotes do distrito e freguesia do Ouro Preto, 1722.	517
14023	Lista dos escravos da freguesia de N. Sra. Do Pilar para pagamento dos quintos reais. 1722.	522
14045	Rol dos escravos, vendas e lojas do distrito do Padre Faria, Taquaral e Bom Sucesso. 1722.	522
13373	Rol de escravos da freguesia de Santo Antônio. 1723.	520
8555	Lista dos escravos da sociedade de Bento Gomes da Silva, Ribeirão das Pedras. 1724.	542
10318	Lista de escravos, inclusive de foragidos, Rio das Pedras. 1724.	548
13371	Rol de escravos de Congonhas, Vila Rica. 1724.	520
13375	Lista das pessoas com as respectivas extensões de suas propriedades, Vila Rica. 1724.	520
13442	Lista dos escravos, vendas e lojas do Distrito de Itabira. 1724.	520
13444	Rol dos escravos, lojas e vendas de São Bartolomeu. 1724.	520

14024	Lista dos escravos de Cachoeira do Campo para pagamento dos quintos reais. 1724.	522
14025	Lista dos escravos, vendas e lojas de São Bartolomeu. 1724.	522
1413	Lista de população e escravos de Ouro Podre, Rio das Pedras, Ouro Bueno e Jacutinga. 1727.	508
6319	Lista de escravos que chegaram à freguesia até 1728, s/l. 1728.	536
5924	Lista de pessoas com a quantidade de escravos pertencentes a cada um, Vila Rica. 1729.	535
8554	Lista dos foros vencidos em Vila Rica e seus valores. 1731.	542
8824	Pessoas que pagaram o Real Donativo em Ouro Preto. 1732.	543
8826	Pessoas que pagaram o Real Donativo, s/l. 1732.	543
8827	Pessoas que pagaram o Real Donativo, s/l. 1732.	543
8953	Pessoas que pagaram o Real Donativo em Padre Faria e Taquaral. 1732.	543
1500	Lista de pessoas que pagaram donativos a Sua Magestade, Vila Rica. 1733. S/d.	508
2750	Lista dos escravos e respectivos preços do distrito da Cachoeira, Vila Rica. 1733.	524
2754	Lista das pessoas, lojas, vendas e escravos do arraial de Antônio Dias. 1733.	524
14100	Lista de escravos, Vila Rica. 1735.	523
313	Testemunhas chamadas para devassas feitas em várias localidades. 1737.	504
314	Testemunhas chamadas para devassas feitas em várias localidades. 1737.	504
276	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da segunda matrícula, vários locais. 1738.	504
277	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da primeira matrícula, vários locais. 1738.	504
163	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da segunda matrícula, vários locais. 1739.	504
164	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da primeira matrícula, vários locais. 1739.	504

161	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da primeira matrícula, vários locais. 1740.	504
162	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da segunda matrícula, vários locais. 1740.	504
3241	Lista das testemunhas chamadas a jurarem na devassa da segunda matrícula de 1741, várias localidades. 1741.	526
3465	Lista das testemunhas chamadas a jurarem na devassa da primeira matrícula de 1741, várias localidades. 1741.	527
4905	Listas dos escravos da Vila do Carmo que serão encaminhados a Sabará. 1741.	532
6239	Lista de escravos vendidos em Ribeirão do Carmo. 1741.	535
158	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da segunda matrícula, vários locais. 1742.	504
159	Lista das testemunhas chamadas a jurarem devassa da primeira matrícula, vários locais. 1742.	504
289	Juramento de devassa dos sonegados. 1743.	504
2871	Lista de pessoas que não pagaram a matrícula de seus escravos, Sumidouro. 1744.	525
12408	Lista de todos os moradores de Itabira. 1747.	517
11089	Lista de pessoas, s/l. 1755.	513
3846	Lista dos homens que mineram no distrito de Antônio Dias. 1757.	528
3847	Lista das tavernas que se acham no distrito de Antônio Dias. 1757.	528
10579	Lista de pessoas, s/l. 1764.	511
3436	Lista de pessoas que vieram do sertão e foram contadas em Pitangui. 1766.	527
3438	Lista de pessoas vindas do sertão, Pitangui. 1766.	527
4700	Lista das pessoas vindas do sertão que deram entrada em Pitangui. 1766.	531
4957	Lista das pessoas que deram entrada em Pitangui no mês de Junho. 1766.	532
5096	Lista das pessoas vindas de Contagem que deram entrada em Pitangui. 1766.	532
14026	Derrama dos impostos atrasados na freguesia de Ouro Preto e lista de devedores. 1773.	522

10862	População da província de Minas Gerais. 1786.	512
4152	Lista de população da freguesia de São Pedro da Vila do Bom Sucesso. 1789.	529
4158	Lista de população da freguesia de São Pedro da Vila do Bom Sucesso de Minas Novas. 1790.	529
4011	Lista de população da freguesia de Pitangui das Almas. 1796 e 1797.	529
4012	Lista de população da freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco. 1796.	529
4141	Lista de população da freguesia de São Miguel do Piracicaba. 1796.	529
4170	Lista de população da freguesia de Senhora do Pilar de Vila Rica. 1796 e 1797.	529
4013	Lista de população da freguesia de Santo Antônio oo Ouro Branco. 1797.	529
4015	Lista de população da freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte de Furquim. 1797.	529
4142	Lista de população da freguesia de São Miguel do Piracicaba. 1797.	529
4146	Lista de população da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Raposos. 1797.	529
4148	Lista de população da freguesia de N. Sra. Da Conceição da Vila de Queluz. 1797.	529
4150	Lista de população da freguesia de Guarapiranga, Termo de Mariana. 1797.	529
4153	Lista de população da freguesia de São José da Barra Longa, Termo de Mariana. 1797.	529
4156	Lista de população da freguesia de Senhora do Pilar de Vila Rica. 1797.	529
4159	Lista de população da freguesia de São Pedro da Vila do Bom Sucesso. 1797.	529
4165	Lista de população da freguesia de Santo Antônio. 1797.	529
4166	Lista de população da freguesia de Senhora do Pilar de Congonhas. 1797.	529
4167	Lista de população da freguesia de N. Sra. Do Rosário do Sumidouro. 1797.	529
4168	Lista de população da freguesia de São Sebastião, Termo de Mariana. 1797.	529

10869	Tábua da população da freguesia do Temo de Mariana. 1797.	512
4143	Lista de população da freguesia de São Caetano, Termo de Mariana. 1798.	529
4144	Lista de população da freguesia de São Sebastião, Termo de Mariana. 1798.	529
4145	Lista de população da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté. 1798.	529
4147	Lista de população da freguesia de Sr. Bom Jesus do Monte do Furquim. 1798.	529
4151	Lista de população da freguesia de São Pedro da Vila do Bom Sucesso. 1798.	529
4154	Lista de população da freguesia de São Pedro da Vila do Bom Sucesso. 1798.	529
4155	Lista de população da freguesia de Santo Antônio de Itaverava. 1798.	529
4157	Lista de população de Queluz. 1798.	529
4169	Lista de população da freguesia de São Miguel do Piracicaba. 1798.	529
4171	Lista de população da freguesia de Senhora do Pilar de Congonhas do Sabará. 1798.	529
4174	Lista de população da freguesia de Santa Luzia, Comarca de Sabará. 1798.	529
4179	Lista de população da freguesia de Santa Luzia. 1798.	529
3434	Relação de índios estabelecidos em Lorena. 1799.	527
4172	Lista de população da freguesia de Senhora do Pilar de Vila Rica. 1799.	529
4173	Lista de população da freguesia de Vila Nova da Rainha do Caeté. 1799.	529
2511	Motivo do atraso no envio de recenseamento, São João Del Rei. 1801.	524
6942	Relação de pessoas que vieram com escravos para trabalhar nos quartéis, Porto de Lorena. 1801.	537
13136	Lista de pessoas e números, Morro de São José. 1801.	519
10890	Produção e população de Minas Novas do Araçuai. 1805.	512
1270	Lista de distritos e respectivos oficiais compreendidos no termo da Vila de São Bento. 1807.	508
3878	Mapa dos habitantes do distrito de Ouro Fino. 1807.	529

3879	Mapa dos habitantes do distrito de N. Sra. Da Conceição do Pouso Alto. 1807.	529
7911	Mapa da população, Cabo Verde. 1807.	540
7912	Mapa dos habitantes, Camanducaia. 1807.	540
7913	Mapa dos habitantes da paróquia de Jacuí. 1807.	540
7914	Mapa da população, Aiuruoca. 1807.	540
1684	Subsídio vendas, Ouro Preto, Antônio Dias e outras. 1808.	509
2533	População da Vila de São Carlos de Jacuí. 1808.	524
3836	Lista da população do distrito de São Gonçalo do Rio Acima. 1808.	528
3837	Lista de População do distrito de São João Batista. 1808.	528
3852	Lista de população de São Domingos do Rio da Prata. 1808.	528
3853	Lista da população do Distrito do Morro Vermelho. 1808.	528
3854	Lista da companhia da Conceição de Santa Bárbara. 1808.	528
3871	Mapa dos habitantes de Catas Altas. 1808.	529
3872	Mapa dos habitantes do distrito de Santana. 1808.	529
3873	Mapa dos habitantes do distrito de Itaverava. 1808.	529
3874	Mapa dos habitantes do distrito do Largo do Rosário. 1808.	529
3880	Mapa dos habitantes de Carandaí. 1808.	529
4187	Lista dos habitantes do distrito de Noruega ou Melo. 1808.	529
4188	Lista de população de Congonhas do Campo. 1808.	529
4201	Lista de habitantes do distrito do Pará. 1808.	529
4297	Mapa dos habitantes do distrito de N. Sra. Das Dores. 1808.	530
4298	Mapa dos habitantes do distrito da Vila de Queluz. 1808.	530
4299	Mapa dos habitantes do distrito de Santana do Paraopeba. 1808.	530
4300	Mapa da população do distrito de Santa Cruz do Salto. 1808.	530
4301	Mapa dos habitantes do distrito de Santo Amaro. 1808.	530
4302	Mapa dos habitantes do distrito de São Caetano do Paraopeba. 1808.	530
4303	Mapa dos habitantes do distrito de São Gonçalo da Ponte. 1808.	530
4304	Mapa dos habitantes do distrito do Senhor do Bonfim. 1808.	530
4305	Mapa dos habitantes da freguesia de São João Batista do Morro Grande. 1808.	530

7910	Mapa dos habitantes do distrito da primeira companhia de infantaria, Paracatu. 1808.	540
7919	Cópia do mapa do recenseamento da população da província de Minas Gerais. 1808 a 1821.	540
10570	Relação da companhia de ordenanças do distrito de Antônio Dias. 1808.	511
10571	Relação das pessoas existentes no distrito de Santana do Alfiel. 1808.	511
10696	Lista da ordenança do distrito de Itabira. 1808.	511
11653	Lista dos habitantes que existiam no distrito do Rio do Peixe. 1808.	514
3865	Envia lista da população do termo de Barbacena. 1809.	529
4183	Cópia da lista de população de cinco freguesias do termo da Vila de Barbacena. 1809.	529
4738	Mapa da população da freguesia de Bom Jesus do Arraial. 1810.	531
7918	Mapa da população da Vila de São José e seu Termo. 1810.	540
4815	Lista das pessoas sujeitas ao distrito do Arraial do Turvo. 1811.	531
3556	Relação de faiscadores cativos empregados no termo da Vila de Paracatu. 1813.	527
3557	Relação de faiscadores forros empregados no distrito da Vila de Paracatu. 1813.	527
3558	Rol de mineradores e faiscadores forros e cativos no termo da Vila de Paracatu. 1813.	527
3559	Mapa de mineradores escravos e faiscadores empregados no distrito da Vila de Paracatu. 1813.	527
3885	Mapa dos habitantes de Vila Nova da Rainha. 1813.	529
4182	Cópia da lista de população de cinco freguesias do termo da Vila de Barbacena. 1813.	529
4599	Lista da população do termo da Vila de Barbacena. 1813.	531
2874	Lista das lavras, donos e escravos e ouro extraído, Campanha da Princesa. 1814.	525
3564	Relação de faiscadores cativos no termo da Vila de Paracatu. 1814.	527
3565	Relação de faiscadores forros empregados no termo da Vila de Paracatu. 1814.	527
3791	Lista dos faiscadores cativos da Vila do Paracatu. 1814.	528

3792	Lista de mineiros faiscadores e escravos dos distritos de Vila Rica. 1814.	528
3793	Lista de mineiros e escravos, Pitangui. 1814.	528
3797	Lista dos mineiros escravos e faiscadores empregados na Vila do Príncipe. 1814.	528
3799	Lista de mineiros, escravos e faiscadores da Vila de Paracatu. 1814.	528
3800	Lista de faiscadores e forros empregados em Paracatu do Príncipe. 1814.	528
4181	Cópia da lista de população de cinco freguesias do termo da Vila de Barbacena. 1814.	529
7917	Mapa dos habitantes existentes na Vila Nova da Rainha. 1814.	540
2846	Lista das freguesias, distritos, nomes e apurações das lavras, Vila Rica. 1815.	525
3056	Lista da população de Bom Jardim de Taquari e outros. 1815.	525
4184	Cópia da lista de população de cinco freguesias do termo da Vila de Barbacena. 1815.	529
4216	Lista de população de Pitangui. 1815.	529
4217	Lista de população da Vila de São José. 1815.	529
4218	Lista de população de Paracatu. 1815.	529
4219	Lista de população do termo de Sabará. 1815.	529
5756	Lista de moradores, terrenos conhecidos, colonos e divisas do sertão das capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. 1815.	534
7915	Mapa da população do termo de Vila Rica. 1815.	540
7916	Mapa da população do termo da Vila de São Bento do Tamanduá. 1815.	540
3371	Mapa da população do termo de Minas Novas. 1817 e 1818.	526
4215	Lista de população do termo da Vila de Queluz. 1817.	529
4222	Lista de população da Vila de São José e seu termo. 1817.	530
4223	Lista de população do termo da Vila de Sabará. 1817.	530
4224	Lista de população do termo de São Carlos de Jacuí. 1817.	530
1298	Mapas dos colonos que protegem a quarta divisão militar, Rio Doce. 1818.	508
3372	Lista de pessoas estabelecidas com fazendas nas freguesias de Tamanduá, Bambuí e Pium-í. 1818.	526

3607	Mapa da população do termo da Vila de São José e seu termo. 1818.	527
3608	Mapa da população do termo da Vila Real do Sabará. 1818.	527
4220	Lista de população do termo da Vila Rica. 1818.	530
4221	Lista de população do termo da Vila Nova da Rainha. 1818.	530
10411	População do termo da Vila de São Carlos do Jacuí. 1818.	510
2994	Lista de portugueses agricultores nas vertentes do Rio Ubá. 1819.	525
3606	Mapa da população do termo da Vila de São Carlos do Jacuí. 1819.	527
3614	Mapa da população do termo da Vila Real do Sabará. 1819.	527
3615	Mapa da população do termo da Vila Real do Sabará. 1819.	527
3611	Mapa da população do termo da Vila Real do Sabará. 1820.	527
3620	Mapa da população do termo da Vila de São Carlos do Jacuí. 1820.	527
3612	Mapa das pessoas livres moradoras na freguesia de Santo Antônio, Vila de São José. 1821.	527
3613	Relação da população do termo de Campanha nos anos de 1821 e 1831.	527
1787	Recenseamento, N. Sra. De Nazaré da Cachoeira do Campo. 1822.	509
1788	Recenseamento, Santo Antônio da Casa Branca. 1822.	509
1853	Localização vila recenseamento habitantes, Rodeio. 1822.	509
7547	Lista da população e descrição da localização da vila, Ouro Branco. 1822.	539
680	Cidadãos pertencentes ao segundo quarteirão do distrito especificando lugar do nascimento, filiação e residência, Brumado do Suassui. S/d.	504
2046	Lista de oficiais de ferreiro, Ouro Preto. S/d.	510
2401	Lista de pessoas, São Miguel e Antônio Dias. S/d.	523
2751	Lista dos moradores e seus escravos do distrito de Barbosa Lima. S/d.	524
2753	Lista de escravos, ofícios, cortes e boticas do distrito do Morro. S/d.	524
2796	Lista de pessoas em ordem alfabética, várias freguesias da Comarca de Vila Rica. S/d.	524
2797	Lista de pessoas em ordem alfabética, várias freguesias da Comarca de Vila Rica. S/d.	524
2844	Lista de pessoas do Rio das Pedras, Santo Antônio do Rio Acima, Sabará, Raposos, Curral Del Rei. S/d.	525

2847	Lista de pessoas de Santo Antônio do Curvelo, Nossa Senhora do Bonsucesso, Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio da Itacambira, Manga e São Romão. S/d.	525
3671	Relação de negros, s/l. S/d.	527
3737	Relação dos mineiros e faiscadores dos distritos de Itambé, Vila do Príncipe e outros. S/d.	528
4007	Relação nominal dos habitantes de Aiuruoca. S/d.	529
4009	Relação dos habitantes do distrito de Nossa Senhora do Carmo. S/d.	529
4014	Lista de população do distrito do arraial de São Domingos do Prata, Freguesia de São Miguel, Termo de Caeté. S/d.	529
4036	Lista de todos os escravos adultos e crianças da Fazenda do Melo, Sabará. S/d.	529
4140	Lista de população da freguesia de Santo Antônio do Itaverava, Termo de Queluz. S/d.	529
4324	Lista da população do quarteirão do Mucambo. S/d.	530
4759	Lista dos contratadores das freguesias de São José, Prados, Borda do Campo, Carijós, Itaberava. S/d.	531
4834	Mapa da população do distrito de Santana do Arraial de Inhaí, Termo da Vila do Príncipe. S/d.	531
5557	Lista de pessoas de São Bartolomeu e Cachoeira. S/d.	533
5741	Lista de pessoas constantes no assentamento civil, Sabará, Mariana, Rio das Mortes e outros. S/d.	534
5789	Lista de pessoas, Pinheiro e Bacalhau. S/d.	534
6832	Lista de escravos com seus respectivos donos, s/l. S/d.	537
6938	Lista de pessoas relativas a Caeté, São João do Morro Grande, Santa Bárbara e São Miguel. S/d.	537
7697	Lista dos moradores de Santo Antônio da Casa Branca com escravos e vendas. S/d.	540
7934	Lista dos oficiais de ferreiro, serralheiro, salineiro e ferradores de Ouro Branco que devem à Câmara. S/d.	540

8126	Lista de pessoas sem especificação, s/l. S/d.	541
8412	Lista de sapateiros, ferreiros, alfaiate, carapina, pedreiro, s/l. S/d.	541
8580	Lista de escravos dos moradores de Ouro Podre. S/d.	542
8582	Lista de escravos, s/l. S/d.	542
8669	Lista de pessoas com seus respectivos escravos, s/l. S/d.	542
8670	Lista de pessoas com seus respectivos escravos, s/l. S/d.	542
8742	Lista de escravos de João Teixeira da Silva, s/l. S/d.	542
8852	Lista dos escravos declarados pelos senhores, Bocaina. S/d.	543
9342	Relação de pessoas e respectivas profissões, São José do Paraopeba. S/d.	545
10087	Pessoas com suas respectivas vendas, algumas de portas fechadas, s/l. S/d.	547
10103	Lista de população com suas respectivas propriedades, s/l. S/d.	547
10285	Lista de escravos, s/l. S/d.	548
10286	Lista de escravos, s/l. S/d.	548
10293	Lista de escravos, s/l. S/d.	548
10320	Lista de pessoas, Boa Morte, Congonhas, Ouro Branco, Itatiaia, Capanema. S/d.	548
10334	Lista dos escravos com os débitos e créditos dos respectivos proprietários, s/l. S/d.	548
10418	Lista dos cidadãos pertencentes ao quarteirão de Cuiabá, Brumado do Suassui. S/d.	510
10471	Escravos vendidos em Mariana. S/d.	511
10480	Lista de escravos de Ouro Preto e freguesia. S/d.	511
11844	Lista de escravos e lojas da Freguesia de Antônio Dias. S/d.	515
12402	Lista de escravos, lojas e vendas da freguesia de Santo Antônio, Vila Rica. S/d.	517
13137	Lista de Miguel Coutinho, s/l. S/d.	519
13138	Lista de escravos de Manoel de Macedo e seu irmão Bento de Macedo, s/l. S/d.	519
13139	Rol dos escravos de José de Oliveira, s/l. S/d.	519
13355	Lista dos escravos que possuem as pessoas de Cachoeira do Campo. S/d.	520

13372	Rol de escravos e vendas da freguesia de Antônio Dias. S/d.	520
13542	Lista de pessoas, lojas, vendas e escravos. s/l. S/d.	521
13830	Lista dos escravos dos moedeiros das casas das moedas e fundição, Minas Gerais. S/d.	522
14122	Lista de pessoas, Vila Rica. S/d.	523

2.3. Arquivo da Câmara Municipal de Mariana

Histórico

O Arquivo da Câmara Municipal de Mariana guarda o acervo da mais antiga Câmara de Minas Gerais. Criada em 1711 dentro do primeiro conjunto de vilas instauradas nas Minas, esta instituição pôde guardar ao longo da sua história um acervo riquíssimo de documentos para a reconstituição da histórica política, econômica e social daquela região. Vale lembrar que o município da Vila do Carmo, posteriormente Cidade Mariana, abrangia toda a porção leste da Capitania, indo desde a sua região central até as suas fronteiras orientais com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, além de confrontar-se, em alguns pontos, com São Paulo. Além disso, a partir de 1745, a vila passou a abrigar o primeiro bispado sediado na região das minas, o que lhe valeu a concessão do título de cidade, regalia única na Capitania de Minas Gerais durante todo o período colonial.

Estas particularidades fazem do acervo da Câmara Municipal de Mariana um conjunto muito especial. Este aspecto é ainda mais valorizado por ter se conservado a maior parte dos documentos por ela produzidos, fato raro no universo das Câmaras Municipais brasileiras. Dentro deste acervo, encontram-se dois tipos documentais importantes para o historiador demógrafo: as matriculas de escravos e vendas para lançamento dos quintos reais, cobrindo toda a década de 1720 e princípios da década de 1730; e um conjunto significativo de listas nominativas de habitantes para finais da década de 1810 e década de 1820.

Documentação Fiscal

Livro	*Descrição*
166	Matrícula de Escravos, Vendas e Ofícios, 1723: Distritos: Mariana e arredores (1177 escravos), Catas Altas (1929 escravos), Inficionado (1471 escravos), Bacalhau (562 escravos), Guarapiranga (611 escravos), São Sebastião (1113 escravos), Gualacho do Sul (300 escravos), Brumado (555 escravos), Bento Rodrigues (356 escravos), Camargos (536 escravos), Gama (296 escravos), Antônio Pereira (712 escravos), Monsus (364 escravos), Sumidouro (657 escravos), Pinheiros, Gualacho e Rocha (376 escravos), Furquim (1264 escravos), São Caetano (477 escravos), São Caetano da Igreja para rio abaixo (532 escravos), Passagem do Ribeirão (2108 escravos), Itacolomi (423 escravos).
150	Matrícula de Escravos, Vendas e Ofícios, 1725; Distritos: Catas Altas (1839 escravos), Inficionado (1197 escravos), Bento Rodrigues (402 escravos), Camargos (410 escravos), Gama (357 escravos), Antônio Pereira (618 escravos), Bacalhau (552 escravos), Guarapiranga (648 escravos), Gualacho do Sul (323 escravos), Brumado (620 escravos), Sumidouro (563 escravos), Itacolomi (418 escravos), Passagem (1128 escravos), São Caetano (1248 escravos), Pinheiros e Rocha (? escravos), Monsus (? escravos),Morro de Mata Cavalos (653 escravos)
648	Livro de Recebimento dos Quintos do Ouro, 1721-1735: recibos dos quintos em 1721 e 1722; listas de proprietários de escravos em 1727 e 1728; coimas em 1733; licenças em 1734 e 1735.
200	Livro de Quintos, 1723-1750: recibos dos quintos em 1723, 1724 e 1725; termos de fiança de 1750 a 1754.
421	Livro da Receita da Cobrança dos Reais Quintos, 1728-1735: recibos de quintos em 1728, 1729, 1730, 1731, 1732 e 1733.

652	Reunião de Listas de Escravos, 1735: listas de escravos de Passagem e Mata Cavalos (2085 escravos); licenças de 1735.

Listas Nominativas de Habitantes

Livro	*Descrição*
663	Antônio Pereira, 1819 (146 domicílios).
727	Abre Campo, 1819 (3 domicílios).
684	Água Clara do Lobo, 1821 (4 domicílios).
592	Bento Rodrigues, 1822 (191 domicílios).
684	Boa Vista, 1821 (148 domicílios).
733	Brumado, 1819-1820 (73 domicílios).
S/org.	Calambao, 1833 (177 domicílios).
592	Camargos, 1822 (76 domicílios).
154	Catas Altas do Mato Dentro, 1822 (335 domicílios).
569	Espera, 1819 (177 domicílios).
663	Furquim, 1822 (628 domicílios).
733	Furquim, 1835 (554 domicílios).
702	Inficionado, 1830 (106 domicílios).
684	Lavra Velha, 1821 (11 domicílios).
569	Manja Léguas, 1819 (150 domicílios).
651	Mariana, 1819 (349 domicílios).
S/org.	Mestre de Campo, 1819 (100 domicílios).
726	N. Sra. da Glória, 1819 (15 domicílios).
663	Passagem, 1819 (180 domicílios).
684	Paulo Moreira, 1821 (82 domicílios).
S/org.	Presídio, 1830 (281 domicílios).
657	Remédios, 1819 (178 domicílios).
684	Rio Acima, 1821 (16 domicílios).

701	Rio Pomba, 1819 (126 domicílios).
687	Santa Cruz do Escalvado, 1855 (200 domicílios).
742	Santa Rita do Turvo, 1819 (742 domicílios).
684	São Caetano do Chopotó, 1821 (135 domicílios).
751 704	São Caetano do Chopotó, 1835 (155 domicílios).
684	São Francisco Xavier do Teixeira
S726	São Gonçalo do Ubá, 1819 (90 domicílios).
398	São Januário do Ubá, 1821 (134 domicílios).
398	São João Batista do Presídio, 1821 (497 domicílios).
S/org.	São José do Chopotó, 1833
712	São José do Ribeirão do Paraopeba, 1819 (52 domicílios).
712	São Sebastião (27 domicílios).

2.4. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Histórico

Em 1745, foi criado o primeiro bispado na Capitania de Minas Gerais. Para sua instalação, escolheu-se a Vila do Carmo, que foi elevada a cidade com o nome de Mariana para poder abrigar o bispo. Deste bispado original, desmembraram-se muitos outros ao longo dos dois séculos seguintes. Já na segunda metade do século XX, organizou-se o Arquivo da Arquidiocese, que recolheu a documentação das paróquias que ainda pertenciam a ela. Além destes, juntaram-se os documentos propriamente do bispado, como processos de ordenação de padres, devassas eclesiásticas e outros. Atualmente, o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana é um dos mais significativos de sua natureza no Brasil, não apenas pela quantidade e qualidade dos documentos aí arquivados como pela organização e facilidade de acesso.

O Arquivo contém um enorme universo de fontes para a história demográfica, especialmente registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Entretanto, entre a

documentação que permite estudos quanto ao estoque de população, destacam-se os chamados róis de desobrigas. Eram relações de paroquianos que se confessavam e comungavam a cada páscoa. Trazem inúmeras informações demográficas, como o sexo, a idade, a condição social e a divisão por domicílios. Entretanto, têm uma séria limitação, pois nem todos incluem os que ainda não confessavam (em geral, os menores de 7 anos). De todo modo, são fontes demográficas que não podem ser desprezadas, especialmente porque permitem comparações com levantamentos feitos pelas autoridades civis no mesmo momento.

Rol de Confessados

Livro	*Descrição*
R-12	Rol dos Confessados da Cidade de Mariana, 1780-1817: total de habitantes das freguesias de Barra Longa, Sumidouro, Guarapiranga, Rio da Pomba, Catas Altas, Antônio Pereira, São Caetano, Macaúbas, Inficionado, São Sebastião, Sumidouro, Camargos, Cuieté, Furquim e outros, entre 1780 e 1817.
R-7	Rol dos Confessados da Freguesia da Catedral desta Cidade de Mariana no presente ano de 1802: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. (aprox. 5 mil pessoas). Inclui Passagem e Vargem.
R-8	Rol dos Confessados da Freguesia da Sé Catedral desta Cidade de Mariana no presente ano de 1813: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores (aprox. 4,5 mil pessoas). Inclui Passagem e Vargem.
R-9	Rol dos Confessados da Freguesia da Sé Catedral desta Cidade de Mariana no presente ano de 1814: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.
R-10	Rol dos Confessados desta Cidade de Mariana do presente ano de 1818 e das Capelas filiais: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.

R-9	Rol dos Confessados desta Cidade de Mariana e das Capelas filiais do presente ano de 1819: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.
R-7	Rol dos Confessados desta Cidade de Mariana e das Capelas filiais do presente ano de 1821: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.
R-9	[Freguesia da Cidade de Mariana, 1822-1824]: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.
R-9	Rol dos Confessados desta Cidade de Mariana e das Capelas filiais do presente ano de 1823: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.
R-9	Rol dos Confessados desta Cidade de Mariana e das Capelas filiais do presente ano de 1824: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. Inclui Passagem e Vargem.
J-19	Rol de Desobrigas, Furquim, 1823: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores (5,6 mil pessoas). Inclui as capelas filiais.
R-11	[Rol de Confessados na Quaresma, Capela da Vargem, filial da Sé de Mariana, 1826]: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores (150 pessoas).
R-7	Quaresma do ano de 1828 – Rol dos Confessados da Freguesia de N. Sra. Do Nazaré do Inficionado: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores (2,6 mil pessoas).
W-22	São João Batista da Glória, 1828: nome, relação com chefe, segundo domicílios.

W-22	[Rol de Desobrigas da Quaresma, 1829, sem local]: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. (850 domicílios).
W-22	[Rol de confessados, sem data, sem local]: nome, cor, idade e relação com chefe, segundo domicílios, inclusive dos menores. (1,5 mil pessoas, 253 domicílios).

3. Espírito Santo

3.1. Histórico

O Espírito Santo, durante o período colonial, caracterizou-se pela ausência de uma inserção mais estreita nos circuitos mercantis do império colonial português. Embora tenha sido uma das mais antigas capitanias a ser ocupada e explorada pelo capitão donatário, sofreu uma série de reveses provocados pela distância em relação à metrópole, pelas dificuldades em se estabelecerem atividades econômicas importantes e pela resistência dos indígenas à ocupação portuguesa. Até o século XIX, a região conheceu um pequeno desenvolvimento das atividades canavieiras. Já avançado o século XIX, houve a introdução e expansão do cultivo do café, transformando a província no quarto polo cafeicultor na virada para o século XX. Também a partir de meados do século XIX começaram a se constituir os primeiros núcleos coloniais, baseados na mão-de-obra familiar estabelecida em pequenas propriedades rurais. Articulada com a demanda por trabalhadores que a desagregação do sistema escravista brasileiro estava provocando na região, a imigração permitiu que os fazendeiros do sul da província usufruíssem dessa mão-de-obra livre motivada pela possibilidade do acesso futuro à terra.[17]

Para esta província, foi possível obter uma grande quantidade de informações sobre a população, incluindo os anos de 1813, 1814, 1815, 1824, 1827, 1839, 1843, 1848, 1856 e 1866, além do Recenseamento Geral do Império de 1872.[18] Entretanto, também

---

[17] Para uma visão panorâmica da história capixaba, ver: Prado, 1981, p. 96-107; Holanda, 1981, p. 108-37; e, Reis, 1981, p. 353-63. Sobre os engenhos do período colonial, ver: Salvador, 1994. As transformações econômicas do século XIX são analisadas em: Almada, 1984; Cano, 1977; Ferreira, 1987; e, sobre uma outra atividade econômica: Borgo et alii, 1996. As transformações da força de trabalho são analisadas em: Almada, 1984; Saletto, 1996a e 1996b.

[18] Mapa da População da Capitania do Espírito Santo em janeiro de 1813, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 11,3,17; Mapa da População da Capitania do Espírito Santo em janeiro de 1814, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 11,3,17; Mapa da População da Capitania do Espírito Santo em janeiro de 1815, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 11,3,17; Mapa da População da Província do Espírito Santo do ano de 1824, VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. Memória Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. p. K; Mapa da População da Província do Espírito Santo do ano de 1827, VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. Memória Statistica da Provincia do Espirito Santo escrita no anno de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. p. K; Mapa da População da Província do Espírito Santo, 1839, Arquivo Nacional, Códice 808, Vol. 1; Mapa da População da Província do Espírito Santo, 1843, RPP-ES, 23/05/1844; Mapa demonstrativo da população livre da Província do Espírito Santo, 1848, Arquivo Nacional, Códice 808, Vol. 1; Mapa Estatístico da População da Província do

sobreviveram poucas listas nominativas de habitantes. A existência de exemplares esparsos evidencia que elas em algum momento estiveram presente no acervo do Arquivo Público do Espírito Santo, mas infelizmente não contamos com os conjuntos completos. Para o caso específico do Espírito Santo, surge um outro tipo de fonte de dados demográficos, que são as listas específicas dos núcleos coloniais estabelecidos a partir de meados do século XIX.

3.2. Listas Nominativas de Habitantes

Livro	*Descrição*
04 (Coleção Accioly)	Mapa ou Lista do número do Povo da Vila Nova de Almeida existente nela no ano de 1813.
54 (Governadoria Série 383)	Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim. Em 1833. (3 mil pessoas) Contém: domicílio, nome, relação com chefe do domicílio, sexo, condição, cor, estado conjugal, idade, ofício, naturalidade.
Caixa 633 (Fundo Polícia)	Relação de moradores residentes em São Mateus (apenas o "18° Quarteirão), Queimado, Cariacica (e o distrito de Itapoca) e Guarapari. 1884. (12,5 mil pessoas) Contém: n° geral, nome, idade, estado civil, naturalidade, condição (livre ou escravo), profissão, habilitação (se sabe ler e escrever).
178.1 (Fundo Agricultura)	Recenseamento de Colonos / Lotes das Ex-Colônias Castelo e Rio Novo (exceto o 1° Território), 1887-1888. (4 mil pessoas) Contém: n° de ordem, n° de família, nome, idade, estado civil, nacionalidade (inclui: país, província e município), profissão, grau de instrução (se sabe ler e escrever), religião, data de estabelecimento na colônia, n° do lote que ocupa, área do mesmo lote, valor do terreno, débito geral (inclui: adiantamentos em dinheiro, valor total), observações.

Espírito Santo, 1856, Arquivo Público do Espírito Santo, Grupo Documental: Governadoria, Livro 118 (149); Mapa da população livre e escrava da Província do Espírito Santo, 1869; Arquivo Público do Espírito Santo, Grupo Documental: Governadoria, Livro 134 (293), folhas 101/102. Sobre a população do Espírito Santo, ver Botelho, 1998.

Não classificado (Fundo Agricultura)	Recenseamento dos núcleos coloniais situados nos vales dos rios São Mateus, Doce e núcleo colonial Castelo. 1897. (4 mil pessoas) Contém: nº no grupo familiar, nomes (inclui sobrenome), naturalidade (se é nacional ou estrageiro e, neste último caso, se adotou nacinalidade brasileira), sexo, idade, estado civil, profissão, Se sabe ler e escrever, Propriedade (informações sobre o terreno que ocupa como: localização, área, limites).

4. Goiás

4.1. Histórico

A ocupação inicial do território goiano pela população de origem portuguesa deu-se basicamente em função da mineração aurífera. Muito embora já fosse cortado por expedições exploratórias, somente a partir da descoberta do ouro em 1726 houve o estabelecimento de moradores e do aparato administrativo português na região. Durante os 50 anos seguintes, Goiás assistiu à repetição de eventos ocorridos nos descobertos auríferos de Minas Gerais e de Cuiabá com a "corrida do ouro" levando contingentes significativos de homens de todas as origens e estratos sociais interessados nas promessas de enriquecimento rápido. A mineração determinou um povoamento marcado pela urbanização, especialmente ao sul da capitania, nas vizinhanças da Vila Boa de Goiás e no caminho de São Paulo, e ao norte, na região do Rio Tocantins. O declínio da mineração, e em especial a partir de 1770, levou à transição para a agropecuária como atividade dominante, moldando um perfil que sofreria transformações apenas no século XX. Era uma agricultura de abastecimento pouco mercantilizada, onde apenas o arroz assumiu alguma importância ao sul da província. A grande atividade era mesmo a pecuária, geradora de um produto que transportava a si próprio: o gado bovino.[19]

A primeira referência a levantamento populacional propriamente dito é encontrada em princípios da década de 1780, quando o governador Luís da Cunha Menezes registrou uma população que se aproximava dos 60 mil habitantes. Antes disso, apenas pode ser buscada uma aproximação do total de habitantes a partir dos registros da cobrança da capitação da década de 1730. No século XIX, os registros são mais abundantes, e existem levantamentos populacionais para os anos de 1804, 1825, 1832, 1848 e 1856, além do Recenseamento Geral do Império, que aí aconteceu em 1873.[20] Entretanto, estes trabalhos

---

[19] Sobre a mineração e a ocupação de Goiás, ver: Palacin, 1994 e 1979; Salles, 1992; e, Bertran, 1978. Sobre o século XIX, são especialmente interessantes: Funes, 1986; Tiballi, 1991; e, Alencar, 1993. Uma análise do período de transição da mineração à agropecuária abordando um núcleo urbano (Meia Ponte) pode ser encontrada em: Costa, 1978. Para um balanço da historiografia sobre Goiás, ver: Chaul, 1997.

[20] População da Capitania de Goiás, 1804, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 9,4,2, Doc. 166; População da Capitania de Goiás, 1825, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 11,4,2; População de Goiás, 1832, Arquivo Nacional, Códice 808, V. 1; Mapa estatístico da Província de Goiás, 1848, RELATÓRIO que á Assembléa Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1849 o Exm. Vice-Presidente da mesma Provincia Antonio de Padua Fleury. Goiás: Typographia Provincial, 1849; Mapa da

não deixaram registros nos arquivos goianos na forma de listas nominativas de habitantes. Os únicos conjuntos encontrados datam de 1823 (organizados pelo Governador de Armas Raimundo José da Cunha Mattos, nomeado pelo Imperador brasileiro) e de 1850-1851. Todas se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico Estadual, em Goiânia.

As listas de 1823 apresentam os habitantes livres de cada distrito organizados por domicílios, contendo o nome (de onde se pode extrair a informação sobre o sexo), a idade, a cor, o estado conjugal e a relação entre os membros dos domicílios (esposas, filhos etc.). Além disso, há a declaração da ocupação dos chefes de domicílios ou, para os homens adultos, a identificação do posto ocupado na Companhia de Ordenanças (organismo militar de caráter voluntário, antecessor da Guarda Nacional) do distrito. Para cada domicílio, tem-se ainda a informação do número de escravos segundo seus sexos.

As listas da década de 1850 abrangem apenas as localidades de Bonfim e Corumbá (1850 em Corumbá e 1851 em Bonfim). O levantamento das suas populações foi trabalho a cargo dos párocos locais, provavelmente atendendo a pedidos do governo provincial. Foram confeccionadas listas contendo o nome, idade, cor, estado conjugal e condição social de toda a população das freguesias, dividida segundo o domicílio. Ademais, estão explicitadas as relações entre os membros dos domicílios, o que as torna especialmente favoráveis ao estudo da estrutura dos domicílios.

4.2. Listas Nominativas de Habitantes

Livro	*Descrição*
68	Relação nominal de homens entre 18 e 40 anos, distritos de Campinas, Arraial da Barra, Rio Claro, Anta e Santa Rita, Anicuns, Meia Ponte, Bonfim, Santa Cruz, Santa Luzia, Traíras, Água Quente, Arraial de Santa Luzia, São José, São Félix, Cavalcante, São Domingos, Arraias, Conceição, Palma, São José do Duro. 1823.
68	Mapa geral da população e número de casas e propriedades deste arraial de Jaraguá e seu distrito (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, divisão por quarteirões). 1823.

População de Goiás, 1856, RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz na sessão ordinaria de 1858 pelo Exmo. Presidente da Província Dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira. Goiás: Typographia Goyazense, 1858. Sobre a população goiana ao longo do século XIX, ver Botelho, 1998.

68	Relação da população do Distrito de Traíras (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, idade, estado conjugal, ocupação, profissão do chefe, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Arraial de Cocal (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, idade, cor, estado conjugal, número de escravos, ocupação do chefe). 1823.
68	Relação da população da Chapada do Mimoso e Bonito (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos). 1823.
68	Relação da população do Arraial da Água Quente (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Arraial de São José de Tocantins (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Arraial do Moquém (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Arraial de Santa Rita (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Distrito de Cavalcante (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Distrito do Pontal (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.
68	Relação da população do Distrito do Porto Real (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, cor, idade, estado conjugal, profissão, número de escravos, ruas do arraial). 1823.

68	Relação dos habitantes da Aldeia de São Pedro Terceiro do Carretão (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, idade, ocupação, estado conjugal). 1823.
68	Rol de famílias existentes na Aldeia de São José do Duro (informações: nome do chefe, número de pessoas no domicílio, estado conjugal do chefe). 1823.
68	Relação de pessoas da povoação de Carolina (informações: nome do chefe, número de pessoas por domicílio, estado conjugal do chefe, nome da esposa, número de filhos). 1823.
68	Informações sobre limites, economia e população total da Aldeia de São José de Mossâmedes. 1823.
68	Informações sobre economia e população total do Distrito de São José. 1823.
68	Número de casas, engenhos e roças do Arraial de Traíras. 1823.
68	Número de casas, engenhos e roças do Arraial de Cocal. 1823.
68	Relação dos habitantes da Aldeia de São Pedro Terceiro do Carretão (informações: nome, relação com chefe do domicílio, sexo, idade, cor, estado conjugal, ocupação do chefe, número de escravos). 1823.
68	Mapa dos índios amigos existentes na Aldeia de São José do Duro (informações nome, idade, estado conjugal). 1823.
68	Relação do número de ruas, casas e teares que há no Arraial de Crixás, e igualmente fazendas de gado, roças e engenhos que há no mesmo distrito. 1823.
68	Informações sobre a Aldeia de Carretão e sua população. 1823.
68	População, engenhos e fazendas do Arraial de Moquém e Santa Rita. 1823.
68	Mapa da população dos Distritos de Amaro Leite e do Descoberto de Santa Rita da Piedade e seus arrabaldes (informações: nome, sexo, relação com chefe do domicílio, cor, idade, estado conjugal, número de escravos, ocupação do chefe, ruas). 1823.
68	Vila de Palmas: homens entre 18 e 40 anos, homens pretos, homens que podem servir à infantaria. 1823.
229	Arrolamento dos Habitantes de Corumbá. 1850.
235	Arrolamento dos Habitantes de Bonfim. 1851.

5. Pará

5.1. Histórico

A porção norte da América portuguesa permaneceu sob a ameaça de invasões por outros estados europeus até princípios do século XVII. Apenas com a vitória sobre os franceses puderam os portugueses se estabelecer definitivamente em São Luís. Daí lançarem-se à ocupação da foz do Amazonas e à exploração e povoamento (ainda que precário) do vale deste rio. Toda a região norte permaneceu separada do restante da colônia graças aos governos próprios aí instalados pelos portugueses e à atuação das companhias privilegiadas de comércio. Durante o período pombalino, tais políticas seriam aprofundadas e o norte foi das regiões mais visadas pelas reformas da época. A trajetória político-administrativa peculiar teria conseqüências na própria independência política brasileira, já que a região resistiu ao estabelecimento de um governo no Rio de Janeiro e manteve sua fidelidade a Lisboa, sendo vencida apenas depois de muitas marchas e contramarchas.[21]

No Pará, o domínio português esteve ameaçado pelas diversas invasões de espanhóis, ingleses e holandeses ao longo do século XVI. Na segunda década do século XVII, a conquista do Maranhão e o conseqüente estabelecimento de São Luís como ponto avançado do domínio lusitano levou à efetiva incorporação do vale amazônico ao projeto colonizador da Coroa. A região permaneceu estreitamente ligada ao Maranhão, compartilhando governos próprios diretamente ligados a Lisboa. Ademais, foi alvo da atuação das companhias de comércio, especialmente importantes na segunda metade do século XVIII. Outra peculiaridade foi a atuação de ordens religiosas na organização de aldeamentos indígenas, de um lado resistindo aos propósitos escravizadores dos portugueses leigos e de outro viabilizando a exploração das chamadas drogas do sertão, coletadas pelas comunidades de aldeados. Dentre essas ordens, destacaram-se os jesuítas, os carmelitas e os franciscanos. Apenas com as reformas pombalinas houve a reversão desse quadro, expulsando-se os jesuítas e laicizando-se os aldeamentos.

De meados do século XVIII até a década de 1830, a economia regional permaneceu atrelada à exploração das drogas do sertão e de uma agricultura relativamente próspera nas

[21] Sobre a região norte, ver: Reis, 1981, p. 257-72. Sobre as companhias de comércio e o regime especial de governo, ver: Carreira, 1983; e, Maxwell, 1996, cap. 5.

vizinhanças de Belém e Santarém e nas áreas próximas ao Atlântico; ali, arroz e açúcar eram produtos importantes, além da atividade pecuária. A segunda metade da década de 1830 vai ser marcada pela revolta dos Cabanos, talvez o mais violento conflito do período regencial. Como resultado, houve a desorganização das atividades agrícolas de exportação, baseadas na mão-de-obra cativa. Ao mesmo tempo, crescia a importância da exploração da borracha natural, fazendo com que na década de 1850 ela progressivamente se tornasse o alvo das preocupações das autoridades provinciais. Nas décadas seguintes, a presença da borracha na economia paraense aumentaria rapidamente, sendo responsável pela interiorização do povoamento europeizado.[22]

O Pará apresenta uma certa riqueza de dados para a segunda metade do século XIX, mas uma total escassez para o período anterior. Podem ser encontrados levantamentos populacionais para os anos de 1816, 1848, 1850, 1853 e 1855, além do Recenseamento Geral do Império de 1872.[23] Assim como em diversas outras províncias, as listas nominativas que provavelmente estavam na origem destes levantamentos não lograram sobreviver até os dias atuais. Embora os antigos catálogos do Arquivo Público do Pará apresentem diversos documentos com ementas referentes a estatísticas da populacão, censos e outros,[24] a atual coleção contém um conjunto infinitamente menor deste tipo de documentos.

---

[22] Sobre a economia paranaense e os desdobramentos do *boom* da borracha, ver: Weinstein, 1993. Uma interessante abordagem da história da borracha brasileira e do impacto de sua adaptação ao cultivo no sudeste asiático é: Dean, 1989.

[23] Mapa geral da Comarca do Pará (...). Feito no ano de 1816, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-31,30,37; Mapa Estatístico da População da Província do Pará no ano de 1848, FALLA dirigida pelo Exmo. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, Prezidente da Provincia do Gram Pará a Assembléa Legislativa Provincial na abertura da Segunda Sessão Ordinaria da Sexta Legislatura no dia 1. de Outubro de 1849. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1849; Mapa estatístico da população da Província do Grão Pará no ano de 1850, RELATÓRIO do Presidente da Província do Gram Pará o Exmo. Snr. Dr. Fausto Augusto d'Aguiar, na abertura da Segunda Sessão Ordinaria da Setima Legislatura da Assemblea Provincial no dia 15 de Agosto de 1851. Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1851; Mapa aproximado da População da Província do Pará no ano de 1853 a 1854, RELATORIO que se refere a fala que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Prezidente desta Provincia dirigiu á Assembléa Legislativa Provincial na abertura do corrente anno. 1854. s.n.t.; Mapa da População da Província do Pará no ano de 1855, EXPOSIÇÃO apresentada pelo Exmo. Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente da Provincia do Gram-Pará, ao Exmo. Senr. Tenente Coronel d'Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rahan,no dia 29 de Maio de 1856, por ocasião de passar-lhe a Administração da mesma Provincia. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1856. Sobre a população do Pará no século XIX, ver Botelho, 1998.

[24] Ver, a este respeito, os Tomos II (1902) e XII (1981) dos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.*

5.2. Listas Nominativas de Habitantes

Livro	*Descrição*
208	Lista das famílias da Praça de Mazagão que se vão estabelecer no Pará por ordem de S. Majestade em o Navio Nossa Senhora da Purificação [1770] (28 famílias).
208	Navio N. Sra. Das Mercês, de S. Majestade. Lista das Famílias da Praça de Mazagão que se vão estabelecer no Pará por ordem de S. Majestade [1770] (21 famílias).
208	Relação das famílias que vão estabelecer-se por ordem de S. Majestade, e rateio do que o mesmo Senhor lhes manda pagar na Cidade de Belém do Pará pelos Administradores da Cia. Geral em escravos, e fazendas pelos preços correntes por conta dos soldos, louças, moradias, e alvarás que vencerão na Praça de Mazagão [1770] (381 famílias).
208	Famílias de Mazagão que vão para a Vila deste nome, tendo princípio em 4 de Abril de 1770 (114 famílias).
281	Relação dos oficiais e de todos os Índios de 13 a 60 anos de Idade, Capazes de serviço, que existem na Freguesia de N. Sra. Da Conceição de Ponte de Pedras... 1775. (Nome / Local e/ou atividade / Entraram na idade / Falecidos / Ausentes) Inclui ainda as Freguesias de: N. Sra. Do Rosário de Odivelas; N. Sra. Da Luz da Vila de Portel; S. Francisco da Vila de Monsarás; Lugar de Condeixas; São Francisco do Lugar de Vilar; São José do Lugar de Carrazedo; N. Sra. Do Rosário do Lugar de Penha Longa; N. Sra. Do Rosário da Vila de Colares; Vila de Pinhel; São João Batista da Vila de Pombal; Veiros; Vila de Boim; São José de Serzedelo; N. Sra. Da Graça; Monforte; Baião; Melgaço; São Miguel da Vila de Melgaço; São Bento do Capim; São José de Piriá; N. Sra. Da Conceição da Vila de Almeirim; Glorioso São João Batista de Vila de Conde; Glorioso São Miguel da Vila de Beja; Vila de Cintra; Vila Nova Del Rei; Santo Antônio da Vila de Chaves; São Joaquim do Lugar de Rebotelho; N. Sra. Da Assunção da Vila Grande; Vila Franca; N. Sra. Da Conceição da Vila de Santarém; São Francisco da Vila de Monte Alegre; N. Sra. Da Conceição do Lugar de Benfica; N. Sra. Da Conceição de Santarém Novo; N. Sra. Da Saúde da Vila de Alter do Chão; Santana do Cajari; Esposende; N. Sra. Do

	Rosário da Vila de Arraiolos; Santo Antônio do Lugar de Fragoso; Porto de Moz; Vila de Souzel; Vilarinho; São José do Lugar de Monhém; Vila de Soure; Salvaterra; Lugar de Porto Grande; Vila de Ourém; Distrito da Povoação de Casa Forte; Lugar de Azevedo; Sra. Santana da Vila de Óbidos; Aldeinha de Gurupã; N. Sra. Da Assunção de Oeiras; N. Sra. Da Luz do Lugar de Porto Calvo; N. Sra. Do Rosário da Vila de Bragança; São Francisco Xavier do Lugar de Bracarena; Sra. Santana da Vila de Óbidos.
302	Relação de todos os cabeças de Famílias brancos e mamelucos, e de todos os filhos varões, que a cada uma correspondem, e existem pelas diferentes freguesias do distrito do Segundo Terço de Infantaria auxiliar da Cidade do Grão-Pará, segundo o exame a que se procedeu no ano de 1776. (Pais de família / Número de Filhos / Nomes dos Filhos / Idades / Estado Conjugal) Inclui ainda as Freguesias de: N. Sra. Do Rosário desta Cidade; Santana do Igarapé-Mirim; N. Sra. Da Conceição de Abaeté; N. Sra. De Nazaré da Vila da Vigia; N. Sra. Do Rosário da Vila de Bragança
301	Relação dos oficiais e de todos os mais Índios de 13 a 60 anos de Idade capazes de Serviço, que existem na Freguesia de N. Sra. Do Rosário da Vila de Colares... 1776. (Nome / Local e/ou atividade / Entraram na idade / Falecidos / Ausentes) Inclui ainda as Freguesias de: Vila do Conde; São Miguel da Vila de Beja; Menino Jesus da Vila de Soure; Salvaterra; Vila de Monforte; Monsarás; Santo Antônio da Vila de Chaves; N. Sra. Da Assunção; Melgaço; Portel; Porto de Moz; Vilarinho do Monte; Vila de Pombal; Veiros; São Francisco Xavier da Vila de Souzel; Vila de Arraiolos; Esposende; N. Sra. Da Conceição da Vila de Almerim; Monte Alegre; N. Sra. Da Conceição; Vila de Boim; N. Sra. Da Assunção da Vila Franca; N. Sra. Da Saúde da Vila de Alter do Chão; Vila de São José de Pinhel; Santo Antônio de Alemquer; Sra. Santana da Vila de Óbidos; Vila de Faro; São José de Serzedelo; São José do Piriá; N. Sra. Do Rosário da Vila de Bragança; Vila de Ourém; Lugar de Porto Grande; São Bento do Rio Capim; N. Sra. Da Conceição do Lugar de Santarém Novo; N. Sra. Do Rosário do Lugar de Penha Longa; São Francisco Xavier do Lugar de Bracarena; N. Sra. Da Conceição do Lugar de Benfica; São José do Lugar de Mondim; Lugar de Condeixa; São Joaquim do Lugar de

	Rebordelo; Lugar de Azevedo;Santo Antônio do Lugar de Baião; São José de Carracudo; Aldeinha do Gurupá; Gurupá; Santana do Lugar de Cajari; N. Sra. Da Graça do Lugar do Outeiro; Santo Antônio do Lugar de Fragoso; São Francisco do Lugar de Vilar; N. Sra. Do Rosário do Lugar de Odivelas; N. Sra. Da Conceição do Lugar de Ponte de Pedras.
320	Relação dos Oficiais e de todos os mais Índios de 13 a 60 anos de idade capazes de serviço que existem na Freguesia do Glorioso São João Batista da Vila de Conde... 1777. (Nome / Local e/ou atividade / Entraram na idade / Falecidos / Ausentes) Inclui ainda as Freguesias de: São Miguel da Vila de Cintra; São Felipe de Vila de Beja; Menino Jesus da Vila de Soure; Salvaterra; Monforte; São Francisco da Vila de Monsarás; Vila de Melgaço; N. Sra. Da Luz da Vila de Portel; Porto de Moz; Vila de Pombal; Veiros; Vila de Souzel; Vila de Arraiolos; Esposende; Vila de Almeirim; Vila de Monte Alegre; Vila de Santarém; Vila Boim; N. Sra. Da Assunção da Vila Franca; Vila de Alter do Chão; Vila do Pinhel; Vila de Alemquer; Vila de Óbidos; Vila de Faro; São Francisco Xavier do Puri Assu; São José de Serzedelo; São José de Piriá; Vila de Bragança; Vila de Ourém; Porto Grande; Freguesia de São Bento; Santarém Novo; Odivela; Porto Calvo; Penha Longe; Benfica; Barcarena; Mondim; Condeixa; Rebordelo; Azevedo; Baião; Vilarinho do Monte; São José de Carrazedo; Gurupá; Fragoso; Outeiro; Santana de Cajari; N. Sra. Da Assunção; São Miguel de Melgaço; Vila de Colares; Ponta de Pedra; Vilar; Vila Nova Del Rei.
639	Descrição e estado atual da População da Vila de São José do Macapá, Ano de 1808 (298 domicílios).
768	Histórico e população de Vilas do Pará, 1823-1840. Contém histórico e população das Vilas em 1823: Vila de Porto de Moz; Vila de Pombal; Vila de Souzel; Vila de Veiros; Vila de Arraiolos; Vila de Esposendes; Freguesia de N. Sra. Da Piedade do Rio Irituia; Vila de Ourém; Vila de Santo Antônio do Gurupá; Lugar de Carrazedo; Lugar de Vilarinho do Monte; Lugar de Boa Vista; Vila de Beja; Vila de Cintra; Freguesia de São Domingos da Boa Vista.
768	Informações sobre a Vila de Santo Antônio do Gurupá... 1842. Idem para a Vila de Mazagão... 1842.

Bibliografia

ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late Eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*. 43(2): 176, may 1963.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. *Estrutura fundiária em Goiás*. Goiânia (GO): Editora da UCG, 1993.

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. *Escravismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Domicílios mineiros oitocentistas*: uma aplicação do método Grade of Membership (GoM). Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. (Dissertação de Mestrado – Demografia).

ARQUIVO NACIONAL. *A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: 1966.

BERGARD, Laird W. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia (GO): Oriente, 1978.

BORGO, Ivan, ROSA, Léa B. R. de A., PACHECO, Renato. *Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento*. Vitória (ES): Edufes, 1996.

BOTELHO, Tarcísio R. População e nação no Brasil do século XIX. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado – História Social).

___. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. *XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Anais...* Caxambu (MG), 2000. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

CARREIRA, António. *As companhias pombalinas*. Lisboa: Presença, 1983.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia (GO): Editora da UFG, Editora da UCG, 1997.

COSTA, I. D. N. da. *Populações mineiras*: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

___. *Minas Gerais*: estruturas populacionais típicas. São Paulo: EDEC, 1982.

COSTA, Lena C. B. F. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 278: 105-70, jan./mar. 1968.

FERREIRA, Sinésio Pires. *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional, 1840-1960*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987 (Dissertação de Mestrado – História).

FUNES, Eurípedes. *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia (GO): UFG, 1986.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Belo Horizonte (MG): Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

HENRY, L.. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Lisboa: Gradiva, 1988.

HIGGINS, Kathleen J. *"Licentious liberty" in a brazilian gold-mining region*: slavery, gender, and social control in Eighteenth-century Sabará,: Minas Gerais. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1999.

HOLANDA, S. B. de, A instituição do Governo Geral. In: ___ (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Volume 1. 6 ed. São Paulo: Difel, 1981. p. 108-37.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *A população de Portugal*. Portugal: 1972. (Centro de Estudos Demográficos, Caderno N. 2).

LASLETT, P.. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, P., WALL, R. (eds.). *Household and family in past time*. 2 ed.. Cambridge: 1974.

LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1988.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Gerais*: economia e sociedade. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARCÍLIO, M. L.. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, I. D. N. da (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 11-27.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás, LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 1996. p. 99-130.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. 3 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

___. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PAIVA, C. A., ARNAUT, L. D. H.. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *V Seminário sobre a Economia Mineira, Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990. p. 85-106.

PAIVA, C. A., CARVALHO, J. A. M. DE, LEITE, V. da M.. Demografia. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

PAIVA, C. A.. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, I. D. N. da (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 173-187.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP, 1996 (Tese de Doutorado – História Social).

PALACIN, Luis. *O século do ouro em Goiás, 1722-1822*. 4 ed. Goiânia (GO): Editora da UCG, 1994.

___. Os três povoamentos de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.* Goiânia (GO). Ano 7, nº 8, p. 81-95, 1979.

PRADO, J. F. de Almeida. O regime das capitanias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo I, Volume 1. 6 ed. São Paulo: Difel, 1981. p. 96-107.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A ocupação portuguesa do vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo I, Volume 1. 6 ed. São Paulo: Difel, 1981. p. 257-72.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. O Espírito Santo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II, Volume 2. São Paulo: Difel, 1981. p. 353-63.

RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram*: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista. 1999. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1999. (Dissertação de Mestrado – Economia).

SALETTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e a pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930).* Vitória (ES): Edufes, 1996a.

___. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930).* Vitória (ES): Edufes, 1996b.

SALLES, Gylka V. F. de. *Economia e escravidão na Capitania de Goiás.* Goiânia (GO): Editora da UFG, 1992.

SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700).* Vitória (ES): UFES, Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SAMARA, E. de M.. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

TIBALLI, Elianda F. A., *A expansão do povoamento em Goiás, século XIX.* Goiânia (GO): UFG, 1991 (Dissertação de Mestrado – História).

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).* São Paulo: Hucitec, Edusp, 1993.

ZEMELLA, Mafalda P.. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII.* 2 ed.. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1990 (1ª ed.: 1951).